

PAUTA PARA A 30° SESSÃO ORDINÁRIA EM 30 DE ABRIL DE 2015

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

- 1 Projeto de lei nº 530, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Revoga o parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA.
- 2 Projeto de lei nº 531, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Altera a Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA, acrescentando o inciso IX ao seu artigo 13.
- 3 Projeto de lei nº 532, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dispõe sobre a prevenção de acidentes em piscinas no âmbito do Estado.
- 4 Projeto de lei nº 533, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Dispõe sobre o registro e identificação de cães e gatos no Estado.
- 5 Projeto de lei nº 534, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Paraibuna como Município de Interesse Turístico.
- 6 Projeto de lei nº 535, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Monteiro Lobato como Município de Interesse Turístico.
- 7 Projeto de lei nº 536, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Natividade da Serra como Município de Interesse Turístico.

- 8 Projeto de lei nº 537, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Antonio Medeiro de Lisboa Filho" à Casa da Agricultura de Cândido Rodrigues.
- 9 Projeto de lei nº 538, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Cria o Conselho Escolar Antidrogas em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Estado.
- 10 Projeto de lei nº 539, de 2015, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública a "ONG de Proteção Ambiental Água Viva", em Mineiros do Tietê.
- 11 Projeto de lei nº 540, de 2015, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública a "Associação dos Produtores Rurais de Lagoinha APRULAG", naquele Município.
- 12 Projeto de lei nº 541, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Institui o "Dia da Coreografia e Dança dos Grupos das Igrejas Evangélicas".
- 13 Moção nº 27, de 2015, de autoria do deputado Feliciano Filho. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que determinem aos órgãos competentes a elaboração de estudos para a criação e desenvolvimento de Projeto de Lei ou normativa que tenha por escopo a proibição da comercialização das denominadas "redes de neblina" ou "redes japonesas", responsáveis pela captura e consequente venda clandestina de um grande número de aves do País.

- 1 Projeto de lei Complementar nº 26, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado.
- 2 Projeto de lei Complementar n° 27, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao § 1° do artigo 10 da Lei Complementar n° 734, de 1993, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público.
- 3 Projeto de lei nº 522, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Assegura tratamento prioritário no embarque de veículos no serviço de travessia marítima por balsas a todos os veículos automotores com placa dos

respectivos municípios nos quais ocorra o transporte.

- 4 Projeto de lei nº 523, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbiere. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Educacional Circense Tapias Voadores", em Diadema.
- 5 Projeto de lei nº 524, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Lorena como Município de Interesse Turístico.
- 6 Projeto de lei nº 525, de 2015, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Thomaz Rodrigues Alckmin" ao Poupatempo de Mauá.
- 7 Projeto de lei nº 526, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Classifica Cubatão como Município de Interesse Turístico.
- 8 Projeto de lei nº 527, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Teodorense Recuperando Vidas ATREV", em Teodoro Sampaio.
- 9 Projeto de lei nº 528, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o Centro de Convivência da Terceira Idade "Terra das Garças", em Guaratinguetá.

- 1 Projeto de resolução nº 13, de 2015, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução n.º 576, de 1970, com modificações posteriores, que trata do Regimento Interno.
- 2 Projeto de lei nº 500, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Areias como Município de Interesse Turístico.
- 3 Projeto de lei nº 501, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Arapeí como Município de Interesse Turístico.
- 4 Projeto de lei nº 502, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Santa Branca como Município de Interesse Turístico.
- 5 Projeto de lei nº 503, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Torna obrigatória a instalação de equipamentos para tratamento e reúso da água empregada na lavagem de veículos.

- 6 Projeto de lei nº 504, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Caçapava como Município de Interesse Turístico.
- 7 Projeto de lei nº 505, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Cachoeira Paulista como Município de Interesse Turístico.
- 8 Projeto de lei nº 506, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Institui o "Dia da Igreja Mundial do Poder de Deus".
- 9 Projeto de lei nº 507, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a obrigatoriedade de detalhamento de informações sobre valores faturados nas contas de serviços públicos de energia elétrica prestados aos consumidores residenciais no Estado.
- 10 Projeto de lei nº 508, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a obrigatoriedade na obtenção de cópias xerográficas gratuitas a todo cidadão que necessitar dos Serviços Públicos no Estado.
- 11 Projeto de lei nº 509, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre a construção de dique de contenção em todos os armazéns de açúcar do Estado.
- 12 Projeto de lei nº 510, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos do Basquete de Barretos", naquele Município.
- 13 Projeto de lei nº 511, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre o tempo máximo de espera para atendimento nas lojas de operadoras de telefonia fixa e celular.
- 14 Projeto de lei nº 512, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Canas como Município de Interesse Turístico.
- 15 Projeto de lei nº 513, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Jambeiro como Município de Interesse Turístico.
- 16 Projeto de lei nº 514, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica nas empresas prestadores de serviços ao Poder Público estadual.

- 17 Projeto de lei nº 515, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Lagoinha como Município de Interesse Turístico.
- 18 Projeto de lei nº 516, de 2015, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Dá a denominação de "Escrivão Elias Peres de Camargo" ao prédio da Delegacia de Polícia Civil em Pirajuí.
- 19 Projeto de lei nº 517, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Lavrinhas como Município de Interesse Turístico.
- 20 Projeto de lei nº 518, de 2015, de autoria da deputada Marcia Lia. Dá a denominação de "Trevo João Fernandes Egas" ao dispositivo de acesso viário localizado entre os kms 69 e 70 da Rodovia SP 257, em Américo Brasiliense.
- 21 Projeto de lei nº 519, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Presidente Prudente como Município de Interesse Turístico.
- 22 Projeto de lei nº 520, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação de Amigos Nova Vale", em Lagoinha.
- 23 Projeto de lei nº 521, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação e Centro de Convivência Parque Planalto", na Capital.

- 1 Projeto de resolução nº 12, de 2015, de autoria do deputado Luiz Turco e outros. Altera e revoga dispositivos que especifica do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, Resolução nº 576, de 1970.
- 2 Projeto de lei nº 485, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Declara de utilidade pública a "Mais Vida Centro de Apoio ao Portador de Câncer", em Itu.
- 3 Projeto de lei nº 486, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica São José dos Campos como Município de Interesse Turístico.
- 4 Projeto de lei nº 487, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Arandu como Município de Interesse Turístico.

- 5 Projeto de lei nº 488, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Japan Matsuri Festival da Cultura Japonesa de Osasco", naquele Município.
- 6 Projeto de lei nº 489, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Fixa o valor dos emolumentos devidos aos juízes de casamento.
- 7 Projeto de lei nº 490, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Cria no âmbito do governo do Estado cadastro de registro e identificação de drone, também conhecido como vant (veículo aéreo não tripulado).
- 8 Projeto de lei nº 491, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Silveiras como Município de Interesse Turístico.
- 9 Projeto de lei nº 492, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Guararema como Município de Interesse Turístico.
- 10 Projeto de lei nº 493, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Clovis Rodrigues de Castro" à passarela localizada no km 76 da Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra SP 360, em Itatiba.
- 11 Projeto de lei nº 494, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Maria Eloiza Pinheiro Ramos" à Escola Estadual Bairro do Mascate, em Nazaré Paulista.
- 12 Projeto de lei nº 495, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Marcos Antonio Frangini" ao POUPATEMPO de Bragança Paulista.
- 13 Projeto de lei nº 496, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Tropeiro Mestre Zé Mira" ao trevo situado no km 23+100 m da Rodovia dos Tamoios SP 099, em Jambeiro.
- 14 Projeto de lei nº 497, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Regulamenta a realização de festas com músicas eletrônicas ou musica ao vivo conhecidas como "pancadões", no Estado.
- 15 Projeto de lei nº 498, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Declara Pindamonhangaba como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 499, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Presidente Venceslau como Município de Interesse Turístico.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

3ª Sessão

Projeto de lei nº 529, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a CESP - Companhia Energética de São Paulo a constituir subsidiárias, participar do bloco de controle ou do capital de outras empresas e formar consórcios.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

- 1 Projeto de resolução nº 9, de 2015, de autoria da Mesa. Cria o Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SADAP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, institui o Núcleo de Avaliação Estratégica (NAE) e disciplina a realização de audiências itinerantes. Parecer nº 420, de 2015, da Mesa.
- 2 Projeto de resolução nº 10, de 2015, de autoria da Mesa. Institui a Ouvidoria do Parlamento na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Parecer nº 421, de 2015, da Mesa.
- 3 Projeto de resolução nº 11, de 2015, de autoria da Mesa. Cria o Gabinete da Corregedoria Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Parecer nº 422, de 2015, da Mesa.